

Nelson Olokofa Inocencio.*

Estratégias do Racismo e Ações Afirmativas: um embate necessário**

RESUMO: O presente texto busca discutir o tema ações afirmativas, enfocando duas questões basilares resultantes da cultura do racismo. Uma diz respeito às visões destituídas de historicidade e a outra alude ao precário entendimento acerca dos conceitos que dão sentido às políticas públicas direcionadas à população negra. A idéia é a de problematizar algumas abordagens que impedem o avanço do debate e, conseqüentemente, inviabilizam a compreensão dessa perspectiva de inclusão racial.

Palavras-chave:
racismo, ações afirmativas, processo histórico, discriminação positiva, eqüidade, alteridade, contextualização.

Tratar com a devida qualidade de um tema desta envergadura requer a assunção de duas posturas fundamentais. Uma vincula-se ao comprometimento com a dimensão histórica do processo que deu forma e conteúdo às políticas públicas setoriais denominadas ações afirmativas. A outra se remete ao trabalho necessário de alfabetização acerca do assunto, uma vez que ele inaugura um vocabulário a ser decodificado. É nesta linha que desenvolveremos nossa reflexão sobre o significado de tais políticas, aqui direcionadas ao segmento negro, no âmbito do ensino superior.

Na contemporaneidade, é inevitável a constatação de que a questão racial passou a ter maior visibilidade na cena institucional. Este processo não apenas explicita contradições como também desnuda o nosso velho e costumeiro pensamento conservador, o qual se vale do silenciamento das tensões entre população negra e branca. No entanto, por mais retrógrado que possa parecer, é a esse pensamento que expressivos setores da sociedade brasileira recorrem como estratégia de manutenção de um modelo de sociedade pretensamente viável, mas que não resiste a uma análise crítica.

** O paper foi apresentado no IV Seminário Temático Direitos Humanos e Cidadania: questões dos nossos dias, realizado no período de 4 a 8 de outubro de 2004, promoção do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Um problema constante nos debates tem sido o alto grau de insipiência, sobretudo, entre aqueles que divergem das ações afirmativas. Atitude paradoxal no âmbito acadêmico, se levarmos em consideração o princípio norteador da universidade, enfatizando-a como espaço privilegiado de reflexão, no que concerne às questões sociais.

No contexto das políticas de inclusão da população negra é irrefutável o subsídio que a história nos fornece como chave para compreendermos os processos que desaguaram na adoção de medidas emergenciais visando o início de uma efetiva democratização da sociedade brasileira em termos de relações raciais. Contudo, os argumentos em contrário, via de regra, prescindem desse valoroso instrumental e acabam por se constituírem em concepções geralmente indefensáveis.

A convicção que se quer apoiar em princípios jurídicos, e até mesmo morais, subestima um dos principais aspectos da condição humana que é a sua capacidade de interpretação dos processos. A partir dela constatamos que não há possibilidade de se construir uma visão exclusiva e unívoca dos fatos e tampouco da própria história. Nesse sentido, o enunciado de uma lei pode não ser dúbio, mas possibilita diferentes interpretações entre os que nela se sentem incluídos e os que nela não estão contemplados. Além do mais, as leis não são dogmas e devem acompanhar as mudanças culturais. Se assim não fosse, jamais poderíamos celebrar algumas conquistas obtidas por segmentos social e historicamente segregados. Alterações na legislação reiteraram a justiça das reivindicações de grupos excluídos em diferentes contextos. Portanto, a lei não é estática e as demandas sociais não se constituem em mera abstração. Pensar as questões legais de forma estanque, sem articulá-las com as complexidades contemporâneas, mais do que reducionismo se apresenta como uma visão absolutamente anacrônica.

Um dos maiores empecilhos na discussão do tema é descontextualização de várias abordagens. O que evidencia que a sociedade brasileira, de um modo geral, desconhece quem são as pessoas negras. Com isso queremos dizer que em nossa cultura costuma-se compartilhar uma noção muito rala e por essa razão estereotipada do que este conjunto de indivíduos vivenciou e vivencia.

Mas ao abster-se de uma análise meticulosa acerca do assunto, o grupo hegemônico está habilmente deixando de pensar suas próprias questões. Tal postura acontece por motivos óbvios, uma vez que a atitude de enfrentar o problema inevitavelmente significaria um desvelamento, por conseguinte, uma explicitação de determinados teores políticos que permeiam as relações raciais.

Engano acreditar que o tangenciamento relativo ao debate, promovido por personagens ideologicamente articuladas com o segmento branco, que em muitas das vezes concentra riqueza material e poder político, se constitua em atitudes incautas ou destituídas de importância maior.

Os estorvos que retardam o avanço do anti-racismo no Brasil são vários. Entre os erros mais corriqueiros existem esses que dizem respeito à ignorância histórica. Muitos se opõem às políticas de inclusão da população negra por desconhecerem-na ou até, hipocritamente, por duvidarem que ela exista de uma forma tão nítida que possa ser identificada e contemplada. Há os que rejeitam as ações afirmativas com o corte racial por não perceberem os Brasis que foram sendo edificados ao longo destes quinhentos anos. Colônia, império e república hostilizaram a população negra conforme os interesses específicos do Estado e a maneira de administrar de cada governante. Esta população vivencia uma situação intermediária. Existe um vão que a distancia da efetiva humanidade. Nele constata-se em um extremo a condição de coisa (mercadoria), de acordo com a cultura colonial e em outro a cidadania tão almejada, no pleno sentido do termo, a exigir que nos tornemos imediatamente uma república. No espaço entre estes dois pólos, está interposto o segmento afro-brasileiro.

Seria leviano afirmar a inexistência de conquistas, porque isto implicaria em admitir, equivocadamente, a ineficácia do movimento social negro. O que foi obtido até o presente momento resulta, em primeira instância, do protesto de ativistas orgânicos ou não e, posteriormente, das formulações políticas que o próprio movimento concebeu e apresentou como alternativa, pressionando, desse modo, o Estado a incluir o tema na sua agenda. São exemplos que ilustram esta última fase a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, ocorrida em 1986, e a Marcha a Brasília, celebrando o tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares que se deu em 1995. Ambas resultaram em documentos propositivos que foram encaminhados ao Congresso Nacional e ao Governo Federal.

No entanto, é preciso que as ações institucionais sejam ampliadas para que comecemos a transformar o perverso quadro das estatísticas onde constam as denúncias mais estarrecedoras das desigualdades raciais, no campo da violência urbana, do mercado de trabalho, das condições de saúde, da temática rural, do acesso a educação entre outros. Qualquer consulta aos dados do IPEA ou IBGE não deixa margem a dúvidas. Aliás, estas instituições corroboraram o que já estava presente no discurso militante há décadas. Não fossem as circunstâncias envolvendo silêncio, omissão e cumplicidade entre

Estado e sociedade, essa voz teria repercutido pelo menos de modo mais amplo anos atrás. Diferença de uma ou duas décadas significam muito quando se trata de segmentos ávidos por participação social.

O engano é acreditar que as estratégias de impedimento possam ter o mesmo êxito do passado. Não será assim porque a situação apresenta-se mais complexa. Na atual conjuntura a contra-hegemonia se empodera, alterando sintomaticamente a correlação de forças. Outrora era possível se falar em democracia racial no Brasil. Com o passar do tempo, delineado pelas lutas político-culturais cujo protagonismo pertence ao movimento negro, timidamente a sociedade brasileira foi admitindo a existência de preconceito racial, embora raramente alguém se responsabilizasse pelo abominável ato de manifestá-lo. Hoje é possível notar que o movimento negro conseguiu efetivamente atuar nas brechas, nas lacunas do sistema, como diria Antonio Gramsci. De tal modo, o ativismo negro influenciou uma nova concepção institucional que se amplia com muito esforço, reconhecendo o racismo brasileiro como fenômeno irrefutável e um dos indicadores da exclusão social. Se por um lado não se pode falar em unanimidade entre as instâncias do poder no que tange à implementação de políticas públicas lidando com a categoria *raça*, tampouco podemos alegar a ausência de tensionamento proporcionado pelo debate sobre inclusão racial na mesma esfera.

Tudo isto é processo histórico. Embora aqui tenhamos outra formação, o importante é entender, do ponto de vista da interdisciplinaridade, o que a dimensão da história nos proporciona. O aporte que ela nos oferece, pelo menos dentro de uma perspectiva crítica, é substancial para vermos além das aparências. Nesse sentido, vale dizer que há na filosofia tradicional produzida pelos *akan*, etnia de Gana, país da costa ocidental africana, um símbolo muito recorrente pelas culturas negras da diáspora. Trata-se de *sankofa*, cuja representação é a de um pássaro que volta o pescoço para trás como se quisesse alcançar algo. A referida imagem significa que nunca é tarde para buscarmos o que ficou pelo caminho, ou, de outra forma, podemos dizer que sempre há possibilidade de retornarmos ao passado, compreendê-lo à nossa maneira a fim de alterar substancialmente a noção de presente e a perspectiva de futuro.

Outro aspecto de máxima relevância no processo de percepção do que vêm a ser ações afirmativas se refere ao domínio dos códigos que permitem o acesso qualificado ao debate. O entendimento de que não se deve abordar nenhum assunto, academicamente falando, sem o devido preparo, constituiu-se por muito tempo em critério válido para julgar a consistência das produções dentro da universidade. Todavia, parecemos estar diante de um paradoxo quanto tratamos

das relações raciais dentro do *campus*, pois a tendência de se abolir o princípio da densidade argumentativa em favor do senso comum, freqüentemente permeia alguns debates, que a rigor nem deveriam ser chamados assim, dada a precariedade de tantos posicionamentos centrados em singelas ilações.

O que se nota, no contexto acadêmico, é a existência de um fosso que tem de um lado uma minoria que avança, na medida em que assume as contradições do sistema de ensino e procura desvelar as estratégias eficazes de exclusão educacional, entre outras, viabilizadas pelo eurocentrismo e seu efeito nocivo sobre a população negra. De outro, um segmento majoritário disposto a salvaguardar o que foi garantido como patrimônio educacional até aqui devido a sua hegemonia. Esse grupo raramente demonstra interesse no assunto, por razões óbvias. Ao contrário, procura inviabilizá-lo de todas as maneiras. O fato de refutar as ações afirmativas não significa que esteja disposto a pensar outras alternativas de inclusão. A questão não se remete aos mecanismos de superação das iniquidades de cunho racial, porém, a própria elucidação do racismo. Nesse sentido, é absolutamente necessário que todos entendamos as vantagens que a população branca obteve e obtêm no processo social devido a sua origem. Vantagens que muitas das vezes podem prescindir do conhecimento, da aptidão ou das potencialidades. O poder que a aparência exerce na sociedade brasileira tem merecido vários estudos. Sem o aprofundamento dessa reflexão dificilmente chegaremos à outra margem.

Assim sendo, é fundamental entendermos que não estamos falando aqui de uma abstração, mas de um fenômeno estrutural capaz de corroer a sociedade e as instituições. A universidade, em larga escala, reproduz, de modo nada sofisticado, o que está presente no imaginário brasileiro quando aborda esse assunto.

Urge o investimento na formação de público, devidamente instrumentalizado, para a discussão. Esse contingente torna-se essencial para garantir a qualidade do processo. Enquanto as pessoas verdadeiramente interessadas estiverem confinadas no modesto espaço de suas subjetividades, estaremos apenas atendendo às expectativas daqueles segmentos desejosos de que tudo isso se dilua, tornando assim ainda mais tardia nossa inserção no tema.

Algo que parece irritar profundamente segmentos avessos às mudanças de qualidade no âmbito das relações entre os diferentes étnica ou racialmente é a constatação inevitável de que não se trata de uma formulação vazia e destituída de nexos. Ao contrário, as ações afirmativas apresentam uma construção que só pode ser entendida a partir de um domínio razoável do código que ela inaugura.

Posto isso, é necessário que entendamos minimamente o valor que alguns conceitos adquirem no desenvolvimento das idéias que fomentam o ativismo em defesa de uma verdadeira democracia racial. Há em várias narrativas divergentes argumentos cujos teores merecem análise. A alegação de que as políticas públicas para a população negra representam um tipo de discriminação, por exemplo, demonstra um desconhecimento acerca das novas terminologias. Quando falamos de ações afirmativas, a idéia de discriminação está presente, porém, vinculada a um entendimento que difere e diverge do senso comum. O discurso que serve como esteio dessas práticas reitera a defesa de uma *discriminação positiva*. Objetivamente falando, isso significa dizer que, se antes as discriminações representavam a exclusão, em contrapartida, defende-se uma outra concepção de discriminação que inclui, simplesmente porque não há soluções baseadas na igualdade para superação das desigualdades. Trata-se igualmente apenas os iguais.

Este posicionamento acaba por explicitar um outro conceito, que é o de *equidade*. O que significa que todo esforço para diminuir distâncias, resolver prejuízos ou aproximar realidades deve ser levado em consideração. Se dois segmentos no mesmo contexto possuem trajetórias distintas que implicam em relações assimétricas de poder entre um e outro, as políticas que buscam resolver esse impasse não devem insistir na promoção de igualdade *a priori*, uma vez que ela, concebida do modo usual e dentro de um contexto excludente como o nosso, jamais permitirá a aproximação necessária entre os grupos contemplados e descompensados. A *equidade* antecede a igualdade, o que justifica a imediata compreensão do seu sentido. Isso altera toda a lógica estabelecida no pensamento ocidental desde a Revolução Francesa, que alinhavou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade a outros pressupostos.

Explicar a necessidade de políticas públicas setoriais exige também o discernimento dos grupos em questão. De quais segmentos segregados estamos falando? Quais são os referenciais que temos a respeito deles? Serão muitas de nossas idéias problemáticas e comprometedoras no processo de abordagem? Questões dessa ordem devem ser levadas em consideração, de modo que se possa superar vários equívocos produzidos em relação ao outro. Assim sendo, há também a necessidade de nos ocuparmos do conceito de *alteridade*, debruçar sobre ele e procurar refletir acerca dos coletivos que de alguma maneira estão circunscritos por esta condição. É preciso saber em que medida esses *outros* se tornaram uma consequência de *nós*, pensando respectivamente em termos de grupos não hegemônicos e grupo hegemônico.

A guisa de conclusão, eu diria que a transição entre o entendimento acerca do que acreditávamos ser para a assunção do que realmente somos, está deflagrada e não há como retroceder. Em outras palavras, devemos reconhecer que a visão do paraíso racial encontra-se inegavelmente ameaçada pela elucidação das desigualdades raciais, o que impele, no mínimo, uma reação dos que verdadeiramente almejam uma cultura democrática nesse país. Isso é positivo e deve ser levado em consideração nas múltiplas análises acerca do assunto. Contudo, devemos estar atentos para todas as táticas que busquem inviabilizar o percurso, desqualificando o teor do discurso em defesa dessa transição.

Inegavelmente há muito por fazer e creio que o senso crítico se constitui em um dos mecanismos mais eficazes nessa trajetória. Se atentarmos para alguns argumentos gerais e específicos, como a alegação de que no Estado do Ceará a população negra inexistente, concepção essa criticada por militantes negros locais, perceberemos que tais argumentos somente postergam o que é emergencial. Identificar quem ganha e quem perde no esvaziamento dessa discussão, mais do que atitude sábia, representa a possibilidade de manter-se vivo na incessante batalha no campo das idéias.

Tentei aqui trabalhar brevemente dois de vários aspectos relevantes para o avanço das ações afirmativas. Estou convencido de que prescindir da dimensão histórica e da alfabetização acerca do tema empobrece em demasia a compreensão de tudo o que leva à implementação das políticas que ele evoca. Melhor dizendo, eu seria mais contundente ao afirmar que não há compreensão possível, em condições tão precárias de abordagem.

ABSTRACT: The up to date article tries to discuss affirmative actions focusing two main questions as result of racism culture. One of them concerns about the points of view that refuse the historical process and the other deals with the weak understandings about the meaningful concepts that guide an specific public policy towards black population. The idea is criticize some approaches that avoid the advance of discussion and obviously retain the comprehension of such strategy to include afro-brazilians.

Key words: racism, affirmative actions, historical process, positive discrimination, equity, otherness, context.

Referencial Bibliográfico

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais* – São Paulo: Summus, 2000.

FRENETE, Marco. *A importância da cor da pele* – São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira* – Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SILVA, Nelson Fernando Inocência da. *Representação visual do corpo afrodescendente* in *Entre Áfricas e Brasis/ Selma Pantoja (org.)* –Brasília: Paralelo 15 – São Paulo: Marco Zero, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações Afirmativas: entra a injustiça simbólica e a injustiça econômica* – Brasília: INEP, 2003.